
Reforma Agrária agroecológica ou agronegócio? a sociedade brasileira precisa decidir!

Agroecological Land Reform or agribusiness? brazilian society needs to decide!

Claudemir Martins Cosme

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Piranhas, AL, Brasil
claudemir.cosme@ifal.edu.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o processo denominado de “transição agroecológica no Brasil”, relacionando-o aos temas da questão da reforma agrária e da luta de classes no conjunto da sociedade. Buscaremos apontar caminhos analíticos para contribuir com a(s) reposta(s) à seguinte pergunta: qual movimento político mais avançou nos anos 2000 no país, o da burguesia latifundiária, com o agronegócio, ou o da agroecologia, levado a cabo pelo campesinato, indígenas, quilombolas e seus movimentos e organizações sociais? Amparados em dados oficiais do Estado e do governo federal - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – e de registros dos relatórios Conflitos no Campo Brasil do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão da Comissão Pastoral da Terra, demonstraremos que o modelo agrário e agrícola do agronegócio ampliou sua hegemonia e impediu a efetivação do projeto político a partir da transição agroecológica. O agronegócio, herança do passado colonial-latifundista-escravista-monocultor-patriarcal, que aprofunda a destruição da natureza, perpetua a desigual fundiária e causa graves problemas socioambientais com seu pacote químico-dependente, continua ditando os rumos da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Transição agroecológica. Agroecologia. Estrutura fundiária. Reforma Agrária.

Abstract

This article aims to analyze the process called “agroecological transition in Brazil”, relating it to the issues of land reform and the class struggle in society as a whole. We will seek to point out analytical paths to contribute to answer the following question: Which political movement advanced the most in the 2000s in the country: that of the landowning bourgeoisie, with agribusiness, or that of agroecology, carried out by the peasantry, indigenous people, quilombolas and their social movements and organizations? Supported by official data from the State and Federal Government - from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and from the National Institute of

Colonization and Land Reform - and by data of the Conflicts in Campo Brasil reports from the Dom Tomás Balduino Documentation Center of the Pastoral Land Commission, we will demonstrate that the agrarian and agricultural model of agribusiness expanded its hegemony and prevented the realization of the political project of the agroecological transition. Agribusiness, a legacy of the colonial-latifundist-slavery-monoculturist-patriarchal past, which deepens the destruction of nature, perpetuates unequal land ownership and causes serious socio-environmental problems with its chemical-dependent package, continues to dictate the course of Brazilian society.

Keywords: Agroecological transition. Agroecology. Land structure. Land Reform.

Introdução

No Brasil do século XXI, em meio ao avanço do neoliberalismo, da internacionalização da agropecuária e da produção de *commodities* para exportação, pelo menos dois movimentos políticos antagônicos, conflitantes e inconciliáveis, foram estruturais com relação aos rumos do desenvolvimento do campo.

De um lado, a ação hegemônica da burguesia latifundista¹, com seu modelo agrário e agrícola do agronegócio, herança do passado colonial-patriarcal-latifundista-escravista-monocultor, produziu a narrativa de fortalecimento do capitalismo agrário, a

¹ Em síntese, o recurso conceitual de “burguesia latifundiária”, que utilizamos para compressão da sociedade brasileira, parte, inicialmente, da leitura de Francisco de Oliveira (2013). Para esse autor, o processo de formação da economia capitalista brasileira possui especificidades bem particulares, assim, segundo ele, essa formação deve ser entendida sim, de modo geral, no bojo da expansão de uma economia capitalista, mas uma expansão que não repete igualmente o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos. Nessa linha, a obra de José de Souza Martins (1989, 1981) é basilar, pois permite perceber, que no processo particular de formação do território capitalista brasileiro, o perpétuo movimento dialético e histórico da dinâmica da estruturação, complexificação e divisão de classes sociais produziu e mantém, entre outros processos, a unificação no mesmo sujeito social do proprietário de capital e do proprietário de terra, invertendo o modelo teórico e político clássico de separação da classe burguesa e da classe dos proprietários fundiários. Daí a expressão “burguesia latifundista” utilizada por esse autor, para criticar àqueles que percebiam a reforma agrária pelo viés puramente economicista da vida social, sem levar em conta a necessidade da luta contra a monopolização da terra por essa burguesia. Nas palavras do próprio autor, “o acesso à terra por parte dos pobres e marginalizados é instrumento de libertação apenas na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista [...]” (MARTINS, 1989, p. 13). Na Geografia, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assumiu e contribuiu nessa leitura, afirmando que “[...] a terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de reserva de valor, reserva patrimonial, ou seja, a terra é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir” (OLIVEIRA, 2007, p. 64). Por conseguinte, trata-se, em nossa ótica, de uma linha de interpretação que não separa o latifúndio improdutivo e o agronegócio, ambos possuem ligações umbilicais e são heranças coloniais sob o comando de uma burguesia específica, ou seja, a burguesia latifundiária ou latifundista à brasileira, sedenta pela renda da terra. Um maior aprofundamento do debate e seus rebatimentos na luta pela reforma agrária desenvolvi em Cosme (2020a).

qual relegou a questão agrária, conseqüentemente a política de reforma agrária, a um segundo plano, como se fosse algo atrasado e irrelevante. De outro lado, os movimentos e as organizações sociais do campo, que, em face da perpetuação da profunda concentração fundiária, da destruição da natureza e do recrudescimento dos conflitos territoriais em todas as regiões do país, continuaram hasteando a histórica bandeira da reforma agrária e denunciando o avanço destrutivo e concentrador do agronegócio (MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2007, 2015; ALMEIDA, 2006; PAULINO, 2012; SAMPAIO, 2013; DELGADO, 2014; CARVALHO, 2014; COSME, 2020, 2017).

É neste contexto, marcado por disputas e conflitos por frações do território nacional e pelo acirramento de modelos diferentes de desenvolvimento, que se fortaleceu, ao longo das duas últimas décadas, o projeto político da agroecologia. Nesse período, foram construídas e disseminadas diversas experiências que materializavam o que denominamos de “transição agroecológica”, enquanto um processo imprescindível para a transformação revolucionária do campo, leia-se: substituição do agronegócio pela agricultura camponesa de base agroecológica, nos termos, dentre outros, de Altieri (2012).

Destarte, o objetivo central do presente ensaio é esboçar algumas notas reflexivas sobre o processo de transição agroecológica, entrelaçando o debate da agroecologia com os temas da questão da reforma agrária e situando a análise na arena da luta de classes, uma luta, histórica, em torno das disputas entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio” (MARTINS, 1991), atualmente, representadas pelo agronegócio *versus* a agricultura familiar camponesa.

Este ensaio é produto dos nossos estudos sobre a questão agrária, especialmente, no tocante à reforma agrária, o campesinato² assentado, os assentamentos rurais e os conflitos socioambientais no Brasil, bem como da nossa atividade docente, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão em fecundo diálogo com o campesinato, os povos indígenas e quilombolas, assim como com os movimentos e

² Conforme, entre outros, Amin e Vergoupolos (1978), Martins (1981), Oliveira (2007, 2015), Almeida (2006) e Paulino (2012), compreendemos o campesinato como uma classe social de dentro do modo de produção capitalista. No Brasil, uma classe bastante diversa, como exige o projeto da agroecologia, formada por uma multiplicidade de sujeitos sociais e denominações regionais: posseiros, rendeiros, parceiros, pequenos agricultores, assentados, acampados, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, geraizeiros, pescadores artesanais, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-viva, caiçaras, faxinalenses, sertanejos, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, dentre outras.

organizações sociais do campo e da cidade. Passa também pela experiência de sindicalista, membro de um importante sindicato de servidores(as) federais, que precisa compreender os desafios da relação e da aliança campo-cidade para a transformação da realidade no qual o país se encontra.

Metodologicamente, partimos da reflexão sobre a agroecologia e, especialmente, sobre o processo denominado de transição agroecológica, amparado em obras importantes sobre esses temas. A abordagem materialista dialética, ao possibilitar enxergar e analisar as contradições da questão agrária, a partir do avanço do capital e das resistências indígenas, camponesas e quilombolas, é essencial, pois compreendemos que é na arena da luta de classes que os estudos devem situar as análises da sociedade brasileira, não sendo diferente para o debate sobre o espaço agrário, como aponta Thomaz Jr. (2015). A compreensão da evolução da estrutura fundiária, central em nossa interpretação da questão agrária brasileira, será construída através da análise comparativa dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019ab; 2006, 2009) - Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e os conflitos territoriais a partir dos relatórios Conflitos no Campo Brasil, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino Comissão da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC, 2001-2020).

Em síntese, buscaremos contribuir na construção de respostas ao seguinte questionamento: qual movimento político mais avançou nos anos 2000 no Brasil: o da burguesia latifundiária, com o agronegócio, ou da agroecologia, levado a cabo pelo campesinato, indígenas, quilombolas e seus movimentos e organizações sociais?

Além da introdução e das considerações finais, dividimos a exposição em dois itens. No primeiro item, analisamos a luta em prol da reforma agrária e do projeto político da agroecologia, levada a cabo pelos indígenas, quilombolas e camponesas, organizados ou não em movimentos e organizações sociais, que encontra pela frente a burguesia latifundista do agronegócio, com seu arsenal ideológico-midiático. Demonstramos que é nesse embate político que ocorre a luta pela construção do(s) processo(s) de transição agroecológica e de avanço do agronegócio. No segundo item, refletimos sobre a perpetuação da concentração fundiária e suas consequências para a

sociedade brasileira, a exemplo do aprofundamento da contrarreforma agrária, da violência no campo, da liberação de agrotóxicos, deixando evidente que o agronegócio avançou muito mais, nas últimas décadas, em detrimento da transição agroecológica e que a burguesia à brasileira não abre mão do monopólio do uso, posse e acesso a terra.

Por fim, neste momento político, marcados pelo governo federal de Jair Messias Bolsonaro e pela eleição de 2022, de profunda destruição de direitos trabalhistas, da natureza, das conquistas oriundas das lutas pela reforma agrária e pela agroecologia, de alastramento da fome, de preços estratosféricos dos alimentos que compõem a cesta básica e, acima de tudo, de um contexto ainda de pandemia, que já matou quase 700 mil pessoas, uma pandemia com ligações umbilicais com a destruição da natureza, refletir acerca da indagação aludida, em nossa ótica, é primordial para a elaboração de um projeto - a reforma agrária agroecológica -, a ser implementado pelo próximo governo que assumir a República e o Estado no Brasil. Um projeto de transformação da sociedade pela e para a classe trabalhadora, do campo e da cidade, que é maioria absoluta neste país, que respeite os territórios dos povos indígenas e quilombolas. Uma transformação que aponte para um Brasil oposto ao que oferece, atualmente, a burguesia latifundista do agronegócio.

A luta pela transição agroecológica frente à ideologia sacralizante do agronegócio

Nos anos de 1990, com a chegada da ideologia e das políticas neoliberais ao Brasil, o monocultivo de exportação, denominado de *agribusiness* mundo afora, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio (OLIVEIRA, 2007). Um modelo agrário e agrícola de desenvolvimento do capital no campo, herança do passado colonial-latifundista-escravista-monocultor-patriarcal, que se manteve ao longo da formação territorial capitalista brasileira, ganhando impulso com a revolução verde e a modernização conservadora da agricultura, durante os governos da ditadura civil-latifundiária-militar pós-1964.

Essa fase neoliberal da sociedade capitalista, denominado por Coutinho (2010) de servidão financeira, o agronegócio no Brasil, que está estruturado a partir do aprofundamento da atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias)

para o mercado mundial, em detrimento da atividade camponesa milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade (OLIVEIRA, 2007), conta com um arsenal de pensadores acadêmicos. São os intelectuais orgânicos da classe burguesa latifundista brasileira, responsáveis pela missão de construir narrativas favoráveis à expansão e sacralização do agronegócio. Assim, uma abundante literatura produzida por esses ideólogos passou a defender a tese de que a modernização técnica da agropecuária havia solucionado os problemas do espaço agrário nacional, ou seja, o agronegócio havia cumprido a missão de solucionar a questão agrária, portanto, não haveria mais necessidade de uma política de reforma agrária, advogam eles (SAMPAIO, 2013).

Entretanto, a realidade do campo tem demonstrado o oposto, como atesta diversos outros estudiosos contrários à tese dos *think tanks* do agronegócio. São pesquisadores que registram e denunciam os graves problemas socioambientais, territoriais e as contradições no espaço agrário, produzidas a partir do avanço do agronegócio e do encontro conflitivo com as resistências indígenas, camponesas e quilombolas (MEDEIROS, 2003; ALMEIDA, 2006; OLIVEIRA, 2007, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2012; PAULINO, 2012, COSME, 2020ab). Os conflitos e as disputas territoriais, muitas vezes sangrentas, pois atravessadas por profunda violência e assassinatos levados a cabo pela burguesia latifundiária, contribuem para revelar os limites, conseqüentemente a impossibilidade da reprodução do modelo agrário e agrícola do agronegócio.

Nesse contexto, apesar das lutas, resistências e conquistas indígenas, quilombolas e camponesas, infelizmente, os interesses da burguesia latifundista sempre sobrepuseram as necessidades da maioria absoluta da sociedade, não sendo diferente nas últimas décadas. Mesmo assim, contraditoriamente, ao longo dos anos 2000, diante do avanço galopante do agronegócio, patrocinado inclusive pelos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), o debate sobre a agroecologia foi aprofundado e ganhou força cada vez no Brasil. Essa contradição, do avanço do agronegócio e de alguns ganhos da agroecologia, é produto da política conciliatória, pela qual enveredou e naufragou os governos do PT a partir do golpe de 2016, efetivado com amplo e

decisivo apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Para avançarmos a análise, é preciso compreender o que seja minimamente a agroecologia. O entendimento, no caso dos movimentos e organizações sociais, é de que “a Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro” (ALTIERI, 2012, p. 15), pois, “os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar” (ALTIERI, 2012, p. 15).

Assim, diante dos nefastos problemas socioambientais produzidos pelo agronegócio e do entendimento do potencial transformador da agroecologia, inúmeros estudos e documentos oficiais passaram a trabalhar e difundir a noção de “transição agroecológica”, como forma de incentivarem a disseminação de experiências que demonstrassem, concretamente, o potencial da agroecologia para produzir alimentos que garantissem a soberania e a segurança alimentar da sociedade brasileira, bem como a dinamicidade econômica, a partir da agricultura familiar camponesa. Um importante estudo, que contribuiu bastante para a difusão da agroecologia e ainda subsidia o debate na atualidade, corrobora essa linha de interpretação:

As iniciativas orientadas pelo paradigma agroecológico procuram transformar os sistemas de produção industrializados ao promoverem a **transição** da agricultura baseada no uso de combustíveis fósseis e dirigidos à produção para exportação e biocombustíveis para agriculturas diversificadas voltadas a produção nacional de alimentos por camponeses e famílias agricultoras rurais e urbanas a partir da inovação local, dos recursos locais [...] (ALTIERI, 2012, p. 15. Grifos nossos).

No Brasil, a título de exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou o que chamou de “Marco Referencial em Agroecologia”, no qual está escrito: “a discussão sobre a **transição agroecológica** está hoje bastante generalizada e diz respeito à ampliação da sustentabilidade de longo prazo dos mais distintos sistemas agropecuários (EMBRAPA, 2006. Grifos nossos). O documento toca em pontos importantes para efetivação da transição agroecológica. Um deles, na verdade uma preocupação relevante, é o registro da ação permanente da burguesia de cooptar as conquistas da agricultura camponesa e da agroecologia, como fez com a

agricultura orgânica. Assim, o documento explicita a necessidade de diferenciarmos os processos de “ecologização seletiva de monocultivos” e de “transição agroecológica”. Com base nessa diferenciação, é mister não tergiversarmos e assim compreendermos, como está escrito no referido marco, que, embora seja relevante o avanço das técnicas, a transição agroecológica não pode edificar-se unicamente sobre tecnologias de corte ecológico. Outras condições, simultaneamente, precisam ser atendidas para além da técnica/tecnologias, como, por exemplo, o fim do latifúndio e dos monocultivos por meio de uma política de reforma agrária.

Assim, há um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade, tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. A transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento. Políticas de crédito e extensão rural, pesquisa agropecuária e florestal e reforma agrária são condições fundamentais para avançar à sustentabilidade plena e duradoura (EMBRAPA, 2006, p. 29).

Não restam dúvidas de que a luta indígena, quilombola e camponesa, organizada ou não em movimentos e organizações sociais em prol da transição agroecológica, avançou bastante e obteve grandes conquistas. Um conjunto de programas, políticas, experiências e projetos, com base nos princípios agroecológicos, foi sendo espacializado por todo o território nacional. Redes agroecológicas se formaram, proporcionando intercâmbios de conhecimentos entre camponeses, agricultores familiares, assentados, comunidades indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas, ocupantes de reservas extrativistas e as universidades e os institutos federais. O histórico papel das mulheres e dos jovens foi sendo visibilizado pelo projeto político da agroecologia. A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) desenvolveu e replicou inúmeras experiências exitosas e tecnologias importantes de convivência com a seca amparadas nos princípios agroecológicos. Acima de tudo, a bandeira política da agroecologia demonstrou não apenas o colapso possível da sociedade, devido ao avanço do modelo agrário e agrícola do agronegócio, mas, também, o que é relevante de se ressaltar, que existem outros caminhos a seguir, para além do projeto do capital construído pela classe burguesa latifundista do agronegócio.

Ocorre que todo esse acúmulo importante de processos, sob o guarda-chuva da transição agroecológica, infelizmente não caminhou para concretização da revolução da agropecuária no campo brasileiro, entendida como a superação do agronegócio pela agricultura camponesa, ao contrário, o agronegócio seguiu e segue em ritmo cada vez mais acelerado. Dito de forma mais direta, a agroecologia, como um projeto que possibilita “acesso às terras, sementes, água, crédito e mercados locais, por meio de criação de políticas de apoio econômico, do fornecimento de incentivos financeiros, da abertura de oportunidades de mercado e da disponibilidade de tecnologias agroecológicas” (ALTIERI, 2012, p. 15), não chegou para a maioria do campesinato brasileiro, muito menos para os povos indígenas e as comunidades quilombolas. O avanço da concentração fundiária, fruto do aprofundamento da contrarreforma agrária (DELGADO, 2014; CARVALHO, 2014; COSME, 2020), que será debatido no próximo item, é a característica estrutural da hegemonia do agronegócio, como motor da dinâmica no campo brasileiro, conseqüentemente da derrota, pelo menos até o momento histórico, do projeto da transição agroecológica.

A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil

Um pressuposto básico, que não pode ser olvidado na análise da sociedade brasileira, é o de que a constituição da propriedade fundiária, ao longo da sua formação territorial capitalista, baseou-se no monopólio de poucas famílias sobre a terra, quase sempre por meios escusos como a grilagem de terra, onde sua utilização foi sempre realizada de acordo com interesses privados, com exclusão da maioria esmagadora da sociedade. Inclusive, historicamente, por séculos, a concentração fundiária em imensos latifúndios garantiu a posse dos corpos das pessoas, quando submeteu no período escravocrata e, ainda submete na atualidade, centenas de trabalhadores a situações análogas a de escravidão todos os anos.

Portanto, a sociedade, especialmente os setores urbanos, precisa ter em mente que o atual modelo de desenvolvimento capitalista do agronegócio ou apenas “agro”, como repetidamente vem sendo propagado por amplos setores da grande mídia, continua não abrindo mão do monopólio sobre o acesso, a posse e o uso da terra

(DELGADO, 2014; CARVALHO, 2014; COSME, 2020b). Para comprovar esse monopólio, a partir da Tabela 1, faremos o debate da evolução da estrutura fundiária brasileira no período entre os dois últimos Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Os dados oficiais não deixam dúvidas de que a concentração fundiária continua em 2017, com a formação de dois polos opostos. Em um polo, está uma fração dos pequenos estabelecimentos, representado pelo que podemos denominar de microestabelecimentos, com área de menos de 10 hectares (ha). Em 2006 estes representavam 47,86% do total geral dos estabelecimentos agropecuários no país, mas possuíam apenas 2,34% de toda a área agropecuária; em 2017 não houve alteração significativa, passaram para 50,14% e 2,28%, respectivamente. No outro polo, estão os grandes estabelecimentos, de 1.000 a menos de 2.500 e de 2.500 e mais ha. Em 2006, esses dois extratos juntos não chegavam a 1% do total geral de estabelecimentos, mas concentravam 45% de toda a área agropecuária do Brasil; em 2017 chegaram a 1% e aprofundaram a concentração fundiária com quase a metade da superfície agropecuária nacional: 47,60%.

Tabela 1: Brasil - Evolução da estrutura fundiária (2006-2017)

Classes de área (ha)	2006				2017			
	Nº Estab.	% Estab.	Área (ha)	% Área	Nº Estab.	% Estab.	Área (ha)	% Área
Produtor sem área	255.019	4,93	0	0	77.037	1,52	0	0
Menos de 10	2.477.151	47,86	7.798.777	2,34	2.543.681	50,14	7.993.969	2,28
10 < 50	1.580.718	30,54	36.410.635	10,91	1.586.527	31,27	36.867.729	10,49
50 < 100	390.882	7,55	26.483.343	7,94	394.157	7,77	26.942.917	7,67
100 < 1.000	424.288	8,20	112.844.186	33,82	420.719	8,29	112.257.692	31,96
1.000 < 2.500	32.242	0,62	48.640.082	14,58	34.338	0,68	51.848.684	14,76
2.500 e mais	15.336	0,30	101.503.014	30,42	16.865	0,33	115.378.827	32,84
Total geral	5.175.636	100	333.680.037	100	5.073.324	100	351.289.818	100

Fonte: IBGE (2009, 2019b).

Org.: Claudemir Martins Cosme (2022).

Note, o leitor, que foram os extratos dos grandes proprietários que mais aumentaram a área sob seu domínio: em torno de 3 milhões o primeiro grupo e 14 milhões o segundo, totalizando 17 milhões de hectares. Como visto, o latifúndio transmutado de agronegócio avançou concentrando mais terras, destruindo a natureza

(queimadas, desmatamentos, agrotóxicos etc.), levando o terror (violência) para os territórios e tornando o campo brasileiro ainda mais desigual ao longo da última década

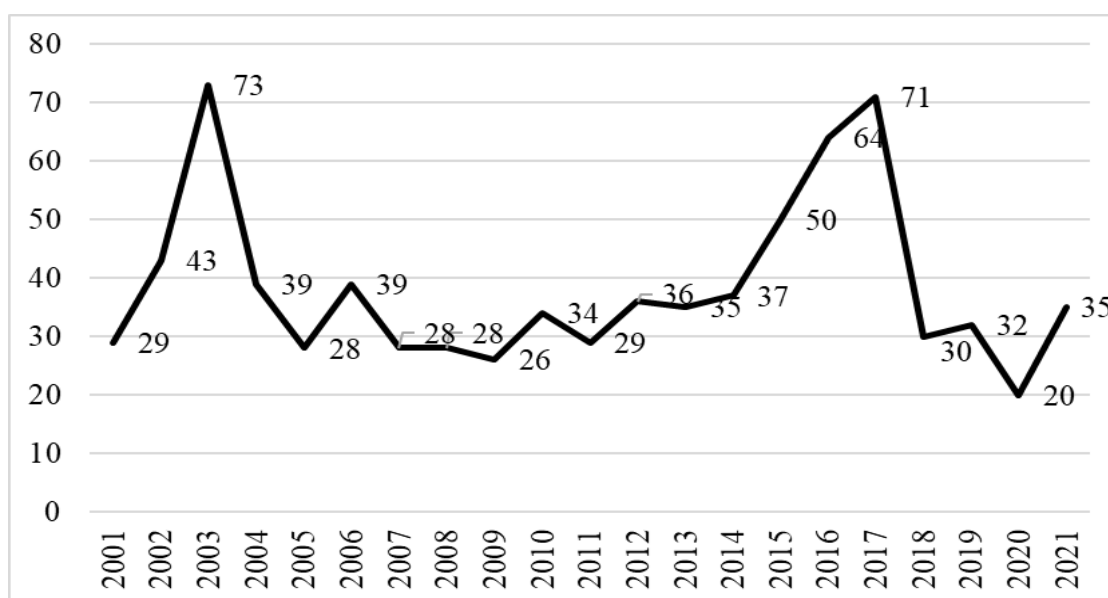
Essa realidade, perpetuada em pleno século XXI, atualiza os escritos de que “a propriedade fundiária se baseia no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras” (MARX, 2017, p. 676). Seguindo essa senda, é importante recordar os escritos de Martins (1991), ao diferenciar os conceitos de terra de negócio e terra de trabalho. Segundo esse autor, é necessário compreender a oposição entre os diferentes regimes de propriedade privada existentes no campo brasileiro. Enquanto a terra, na propriedade privada capitalista – terra de negócio - é fundamentalmente uma fonte pela qual o capital explora o trabalhador, a terra na propriedade familiar – terra de trabalho - é o seu oposto, não explora o trabalho de outrem, pois é terra do trabalhador e não do capital, assevera-o. “Por isso, não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada” (MARTINS, 1991, p. 54). Delgado (2017, 2014) atualiza a diferenciação aludida, quando analisa o que denomina de economia do agronegócio através dos conceitos de terra mercantil e terra de trabalho.

Essa diferenciação, ou melhor, a clareza das diferenças entre os regimes de propriedades privadas existentes no Brasil, é um pressuposto de suma importância para o debate sobre os caminhos para transformação do campo, através do que podemos denominar de “reforma agrária agroecológica”. Isto é, uma política pública ainda a ser conquistada e executada sob a liderança do campesinato, dos indígenas e dos quilombolas. É o conflito entre os dois regimes de propriedade, a terra de trabalho e a terra de negócio, que faz a questão (da reforma) agrária ser envolvida em uma realidade profundamente conflitante e violenta, com ameaças e assassinatos em meio à destruição da natureza.

Os dados sobre o aumento do desmatamento nos últimos anos, insistentemente divulgado pela imprensa nacional, até mesmo a grande mídia atrelada aos interesses do agro, os assassinatos brutais do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips, demonstram a gravidade do momento atual. Aliás, é sempre necessário fazer emergir o debate da barbárie, intrínseca a ação da burguesia latifundista do Agronegócio e estrutural na história da questão (da reforma) agrária no Brasil.

O Gráfico 1 deixa explícita, através dos registros dos assassinatos em conflitos no campo, como é profundo o uso da estratégia da violência nas relações de poder no território brasileiro. De 2001 a 2021 ocorreram 806 assassinatos. Percebemos uma escalada da violência a partir do ano de 2015, com 50 vidas ceifadas, 2016 e 2017, com 64 e 71, respectivamente. Foram os anos de construção e consolidação do golpe contra a presidenta Dilma e de pavimentação eleitoral para a chegada de Bolsonaro ao poder. Trata-se da exacerbação da luta de classes pela terra e território no espaço agrário nacional.

Gráfico 1: Brasil – Assassinatos em conflitos no campo (2001/2021)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC, 2001-2021); disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

Org.: Claudemir Martins Cosme (2022).

E quem são as vítimas nos conflitos no campo? Isso é importante realçar. São sempre camponeses(as), indígenas e quilombolas, além de suas lideranças dos movimentos e organizações sociais, bem como servidores e militantes sociais. Não temos notícias de mortes de grandes proprietários de terras, de representantes de mineradoras e de representantes de organizações do agro. Não que estejamos buscando promover isso, mas, em nossa ótica, é preciso destacar que estão morrendo apenas do lado dos que lutam para que a reforma agrária, como reza a Constituição de 1988, e a

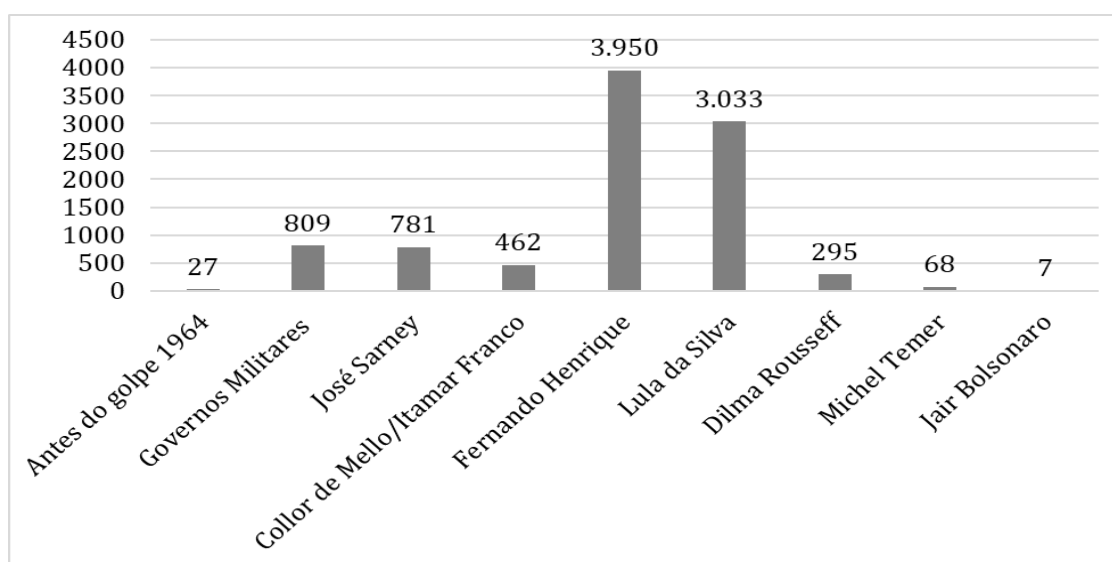
agroecologia, necessária diante da questão ambiental, sejam implementadas.

É importante sempre registrar que a desigualdade no acesso, posse e uso da terra seria mais profunda, caso não existisse a luta pela reforma agrária e mesmo em meio a tamanha violência, seria bem maior. A luta pela terra de trabalho e pelos territórios diferentes dos territórios do capital, organizadas e comandadas pelos movimentos e organizações sociais, são primordiais para não termos uma sociedade ainda mais desigual. São lutas e resistências que conquistaram 9.432 assentamentos rurais, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2021), espacializados por todo o território nacional. A grande maioria eram latifúndios – terra de negócio/frações territoriais capitalistas – pertencentes a uma única família sob o comando de um patriarca, agora transformados em assentamentos rurais, terra de trabalho/territórios coletivos de dezenas e até centenas de famílias camponesas. Sujeitos sem terras, sem direitos, que viviam na condição de subordinação e exploração pelos fazendeiros, agora na condição de assentados lutam por direitos e são protagonistas do seu devir (COSME, 2020a).

No entanto, infelizmente, essas lutas e resistências não conseguiram retirar a reforma agrária da letra do texto da Constituição Federal de 1988 para a realidade do campo (DELGADO, 2014; CARVALHO, 2014; COSME, 2020ab). Nesse sentido, uma explicação para a perpetuação da concentração fundiária é a queda no número de assentamentos criados. O Gráfico 2 explicita essa queda a partir da redução na obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária por parte dos governos federais. As grandes conquistas camponesas ocorreram nos anos de governos de Fernando Henrique (3.950 obtenções) e Lula da Silva (3.033). Já a partir do segundo governo Lula da Silva, mas notadamente durante o governo Dilma Rousseff, com apenas 295 imóveis obtidos, o processo foi abandonado, em um claro ato de ceder às forças neoliberais da contrarreforma agrária e à ideologia do progresso tecnológico do agronegócio (Cosme, 2020). Nos governos Michel Temer (68 obtenções) e Jair Bolsonaro (7 imóveis obtidos), governos abertamente inimigos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e da classe camponesa, governos aliados de classe da burguesia latifundista, a letra da Constituição acerca da realização da reforma agrária,

especialmente, sobre a obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade privada, foi sepultada.

Gráfico 2: Brasil – Obtenção de imóveis rurais para criação de assentamentos (1900/2021)



Fonte: INCRA (2021); disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>.

Org.: Claudemir Martins Cosme (2022).

Nesse contexto, de total hegemonia das forças da contrarreforma agrária sob o comando da classe burguesa latifundista, não apenas a transição agroecológica não se efetivou, no sentido de cimentar o caminho para uma revolução no espaço agrário, como houve também duros reveses nas conquistas e o recrudescimento dos conflitos no campo.

As conquistas históricas dos movimentos e organizações sociais, a exemplo da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – responsável pela implementação de políticas e programas referentes à agroecologia, à reforma agrária, à educação do campo e à agricultura familiar camponesa – , da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, da aprovação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), em 2010, e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, bem como os programas de comercialização da produção, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), estão sendo desmanteladas, extintas ou permanecem como letra morta frente ao avanço dos interesses da classe burguesa latifundiária do Agro.

É mister um parêntese para reforçarmos, mais claramente, o debate acerca das conquistas entrelaçadas aos reveses da transição agroecológica. Por exemplo, a instituição da PNATER em bases legais, com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), foi uma conquista sem dúvidas. Ter uma política pública, que exige a universalização da ATER, aprovada, algo nunca antes visto na história do país, foi um avanço relevante para o projeto agroecológico. No entanto, os reveses em meio a essa importante conquista, foram registrados muito cedo por Caporal (2011), ao denunciar que os gestores da referida lei menosprezaram a participação dos setores populares (movimentos e organizações sociais) interessados e, que desde 2003, construíam o arcabouço da PNATER, bem como, segundo o autor, houve a exclusão da agroecologia. Realmente, no próprio texto da Lei, a palavra agroecologia se quer é mencionada.

No decorrer dos anos outros problemas foram se aprofundando com impactos negativos para a efetivação da transição agroecológica. Nos remetemos ao fato da não concretização da universalização dos serviços de ATER para o conjunto da agricultura familiar. O atendimento apenas de uma fração da agricultura familiar nacional, agravada pela descontinuidade das chamadas públicas de ATER, foi a tônica estrutural produto dos exíguos recursos federais disponibilizados, conforme registramos em nosso estudo (COSME, 2020).

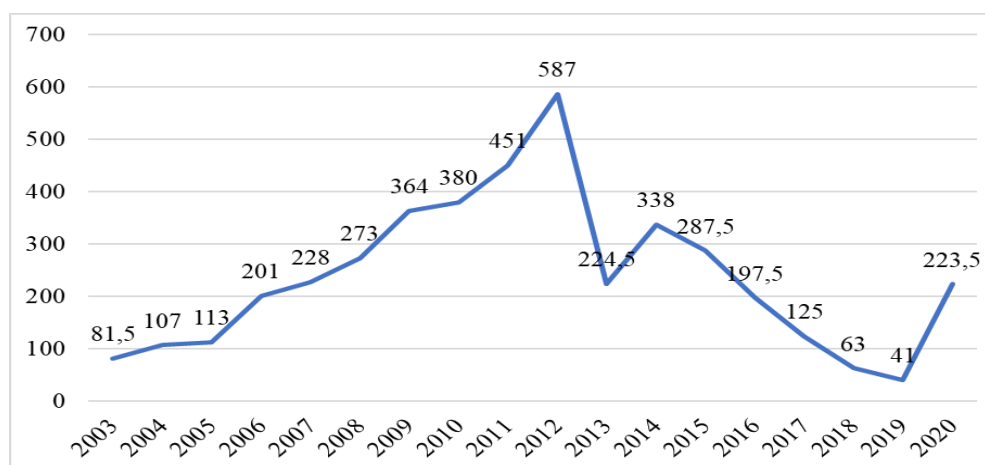
É importante sublinhar, neste debate, a dificuldade em demonstrar, com dados oficiais do governo federal dos últimos anos, o volume de recursos para as ações de ATER. Borsatto et al. (2022, p. 12), ao debaterem os cortes de recursos para a PNATER, corrobora nossa crítica. “Especificamente sobre a atuação da Anater, temos um vácuo de informações entre 2015 e 2017”. De acordo com esses autores, de 2010 a 2014, mesmo com todas as dificuldades presentes na execução das ações, o MDA alocou cerca de R\$ 1,2 bilhão para a execução da PNATER, ao passo que de 2018 a 2021 os investimentos divulgados chegaram apenas ao valor aproximado de 220 milhões. Nesse bojo, concluem: “[...] fica nítido que as metas e recursos destinados à extensão rural em nível federal correspondem somente a uma pequena parcela do que foi no passado recente” (BORSATTO et al., 2022, p. 13).

O desmantelamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), durante o governo Bolsonaro, soma-se aos ataques ao projeto de transição agroecológica. Em publicação de 29 de outubro de 2019, a Articulação Nacional de Agroecologia denunciava:

Premiada internacionalmente, a Pnapo padece da extinção dos órgãos de gestão e de controle social da política. Com a reforma administrativa operada pelo governo Bolsonaro (Lei 13.844, quem tem como origem a MP 870/2019) e o Decreto 9.759/2019, instâncias estruturantes da execução da Pnapo foram extintas: a *Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica* (Ciapo) e a *Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* (Cnapo). Os espaços eram responsáveis, respectivamente, pela gestão e controle social da política³.

Um outro exemplo do revés sofrido pelo projeto de transição agroecológica foi a diminuição dos recursos federais para aquisição de produtos do PAA. No Gráfico 3 fica bem evidente o crescimento do volume de recursos nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, saindo, em 2003, de 81 para 587 milhões, em 2012. Após esse ano, há um decréscimo, chegando em 2018 e 2019, último ano do governo Temer e primeiro ano do governo Bolsonaro, com 63 e 41 milhões, respectivamente. Um duro golpe para transição agroecológica, pois os canais oficiais de comercialização, como o PAA, cumprem um relevante papel junto a geração de renda na agricultura familiar de base agroecológica.

Gráfico 3: Brasil - Evolução dos recursos federais aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2020 (em milhões de R\$)



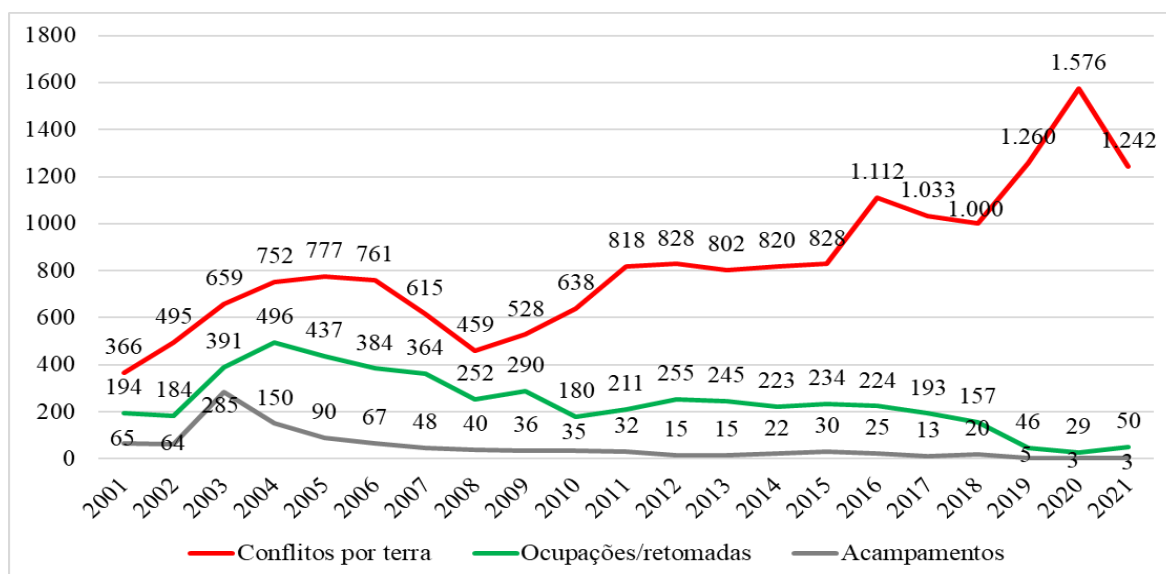
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Org.: Claudemir Martins Cosme (2023).

³ Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/10/29/enfraquecida-no-ambito-federal-politica-de-agroecologia-tem-estados-e-municipios-como-vias-possiveis/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

A escalada da contrarreforma agrária, juntamente com todos os retrocessos supracitados, foram combustíveis para que o espaço agrário continue marcado por profundas disputas territoriais entre a burguesia latifundista do agronegócio e os diversos sujeitos/classes/grupos sociais, em luta pela terra e pelo território e que constroem a agricultura familiar camponesa, a agroecologia e a luta pela reforma agrária. O Gráfico 4 demonstra dois processos que marcaram, especialmente, os anos dos governos pós-golpe de 2016: a) o aumento das ocorrências de conflitos por terra – despejos e expulsões, ameaças de despejos e de expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc. -, como classifica o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC/CPT, 2001-2021), saindo de 828 ocorrências, em 2015, para 1.576, em 2020, com uma leve queda em 2021, com 1.242; b) o aumento das ocorrências de conflitos por terra aconteceu em meio a redução das ocupações de terras, das retomadas de territórios indígenas e quilombolas e dos acampamentos. As ocupações e retomadas, que estavam em 234 em 2015, caíram para apenas 29 em 2020, com um aumento em 2021 para 50. Já os acampamentos saíram de 30 para apenas 3 no intervalo analisado. Os dados apontam, que mesmo com o refluxo no tocante as ações de retomadas/ocupações/acampamentos, a burguesia latifundista do agronegócio, com apoio do governo Bolsonaro e complacência de parte ampla do Judiciário e do Congresso Nacional, intensificou a ofensiva e a violência causando mais conflitos no campo.

Aqui reside uma parte importante da explicação para a perpetuação da concentração fundiária, conseqüentemente, dos retrocessos e reveses do movimento agroecológico e pela reforma agrária. Como bem frisou Fernandes (2010), o governo e o Estado caminham a reboque da ação dos movimentos e organizações sociais do campo em luta pela reforma agrária, ou seja, historicamente, ao passo do avanço ou do recuo das ocupações de terra, os governos e o Estado responderam igualmente com o avanço ou o recuo do número de assentamentos criados. A violência e a criminalização da luta por parte do Estado e dos governos, a falta de compreensão da necessidade da luta, via ocupações e acampamentos, de amplos setores da sociedade, notadamente, setores urbanos, contribuíram para essa queda nas ações dos movimentos e organizações sociais do campo.

Gráfico 4: Brasil – Conflitos por terra (2001/2021)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC, 2001-2021); disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

Org.: Claudemir Martins Cosme (2022).

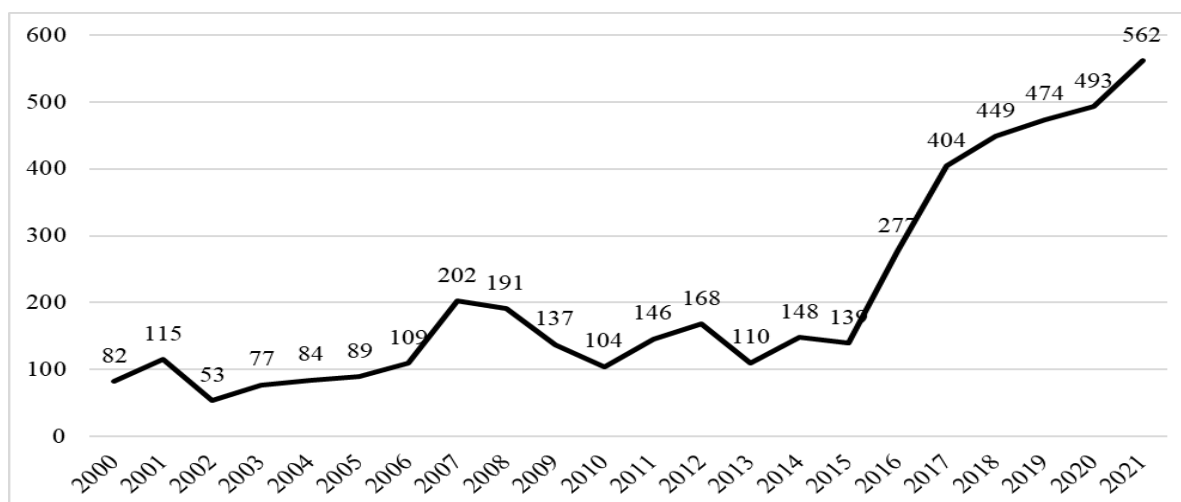
Destarte, como afirma Sampaio Jr. (2013), não conseguimos descongelar a reforma agrária. Essa análise não apaga a importância dos movimentos e organizações sociais, também não quer dizer que não houve conquistas, mas que é preciso reconhecer que a reforma agrária ainda é uma política a ser conquistada (Cosme, 2020). Na verdade, as palavras de Sampaio Jr. (2013) nos ajudam a pensar ainda um pouco mais, quando defende que a reforma agrária deve unificar a classe trabalhadora do campo e da cidade, em torno dessa bandeira, pois essa reforma não pode ser desvinculada da luta unificada pela revolução brasileira. O resultado da fragmentação de lutas, de pautas e de projeto, como escreveu Poletto (2010), continua sendo o motivo principal da vitória das forças contrárias à reforma agrária.

Nessa esteira, a bandeira da agroecologia também sofreu derrotas e retrocessos profundos. É preciso compreender que a derrota da transição agroecológica é uma derrota de toda a sociedade, ou melhor, da classe trabalhadora como um todo, não apenas do campesinato, dos povos indígenas e quilombolas. A liberação desenfreada de agrotóxicos a partir de 2016, com o governo Temer e, mais intensamente, pelo governo de Jair Bolsonaro, que tem Teresa Cristina à frente do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é uma prova de que toda a sociedade é impactada pelo avanço do agronegócio e pela derrota da agroecologia.

Até a Rede Globo, rede de televisão burguesa e principal veículo disseminador da ideologia que sacraliza o agronegócio, não consegue mais esconder a gravíssima problemática dos agrotóxicos. O Gráfico 5, com dados do MAPA citados na reportagem da referida emissora, demonstra a escalada nos registros de agrotóxicos no país, explicitando como a vontade em atender os interesses da burguesia latifundista tem sido avassaladora. No governo Temer foram 1.130 registros e nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, 1.529. Não há paralelo do atual governo com qualquer outro em diversos quesitos, não sendo diferente com relação aos agrotóxicos.

Gráfico 5: Brasil – Registro de agrotóxicos (2000/2021)



Fonte:G1 (2021); disponível em <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>.

Org.: Claudemir Martins Cosme (2022).

O “Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, lançado recentemente no Brasil, é taxativo ao afirmar que “ocultar ou justificar os males dos agrotóxicos sempre foram os principais estratagemas adotados pelos que se beneficiam dessa prática mortífera para legitimá-la entre suas vítimas” (CARNEIRO, 2015, p. 27). Nessa esteira, o dossiê também desconstrói o que denomina de retórica da ocultação ventilada, diuturnamente, na sociedade: “designar os agrotóxicos como

defensivos agrícolas é o artifício retórico mais elementar para dissimular a natureza nociva desses produtos” (CARNEIRO, 2015, p. 28).

Além dos problemas socioambientais, é preciso destacar que os agrotóxicos causam dependência econômica profunda na economia brasileira, ou seja, trata-se de um modelo químico-dependente que subordina a agricultura nacional as transnacionais e aos conglomerados da indústria agroquímica, drenando bilhões em lucros pela venda ou por meio de incentivos fiscais, patrocinados pelos governos para facilitar a entrada destes venenos no Agro dos estados brasileiros (RIGOTTO, 2011; CARNEIRO, 2015; LIMA et al., 2019).

Diante dessa realidade uma indagação é urgente: qual caminho a sociedade brasileira vai decidir seguir? Com base no autor a seguir, acreditamos não restarem dúvidas, que “a razão fundante dos problemas agrários brasileiros, a qual, gradativamente, piora as condições de vida dos camponeses e trabalhadores do campo, continua sendo a grande exploração capitalista, travestida de empresas rurais modernas [...]” (THOMAZ JR. 2015, p. 14), assim, “[...] o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro está condenando a sociedade a vivenciar a inconstância dos preços dos alimentos, a impraticabilidade da segurança alimentar e, o pior, o aumento das fileiras dos famintos” (Idem).

Dessa forma, é necessário situar a agroecologia no centro do debate da questão agrária e da luta de classes. Só assim será possível compreender que não haverá um projeto emancipatório sem o projeto agroecológico e que o caminho passa pela efetivação também da reforma agrária. Eliminar a concentração fundiária, o minifúndio camponês, o latifúndio capitalista e o modelo agrário e agrícola do agronegócio, são condições *sine qua non* para a revolução no campo. Esse é o caminho que pode possibilitar a materialização do projeto da reforma agrária agroecológica sob o protagonismo do campesinato, dos indígenas e dos quilombolas, como forma de contribuir no conjunto da luta de classes em prol da transformação da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Ao longo do presente ensaio, realizamos uma reflexão de modo a desvelar alguns elementos que apontam que o projeto político da burguesia latifundiária, materializado no modelo agrário e agrícola do agronegócio, foi aquele que mais avançou ao longo dos anos 2000 no Brasil, em detrimento do projeto agroecológico construído pelo campesinato, pelos povos indígenas e comunidades quilombolas, organizados ou não nos movimentos e organizações sociais do campo.

Demonstramos, por um lado, como a burguesia, apesar de toda narrativa tecnicista e modernizante de seus ideólogos a favor do agronegócio, não abre mão do monopólio sobre a posse, o uso e a propriedade da terra. Monopólio este que tem garantido o avanço insaciável do agronegócio na produção de *commodities* para o mercado mundial, sacrificando a atividade camponesa milenar de produção dos alimentos, aprofundando a concentração fundiária e destruindo a natureza, entre outras coisas, com o uso em escala cada vez maior de agrotóxicos.

Por outro lado, apontamos que, apesar de os defensores do agronegócio propalarem, diuturnamente, a narrativa de que a terra é um meio de produção com pouca importância diante do avanço dos aspectos técnicos e científicos na agropecuária brasileira, a realidade do campo demonstra exatamente o contrário. As disputas territoriais têm-se intensificado no país nos anos pós-golpe de 2016, notadamente, durante o governo atual de Jair Bolsonaro.

Porém, não deixamos de enaltecer e valorizar as conquistas camponesas, indígenas e quilombolas, a exemplo dos assentamentos rurais especializados em todas as regiões do país, da PNATER, da PNAPO, do PAA e PNAE, das inúmeras experiências da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), essenciais para manter as bandeiras da agroecologia e da reforma agrária, como está escrito na Constituição de 1988, embora reconhecendo que tal política ainda é um processo ausente no país, com isso, trazendo consequências nefastas para o conjunto da sociedade, ou seja, do campo e da cidade.

Portanto, o saldo positivo é que ficou registrado um conjunto de experiências agroecológicas, desenvolvidas por diversas organizações e movimentos sociais,

demonstrando a potencialidade da agroecologia, da agricultura camponesa e da reforma agrária para garantir a soberania e a segurança alimentar na sociedade brasileira. As milhares de toneladas de alimentos doadas em cada canto deste país durante a pandemia, entre outros, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto o agronegócio se preocupava com a pauta das exportações apenas, apontam que existe outro caminho para além e contrário ao “Agro”.

Neste bojo, defendemos que a reforma agrária, a agroecologia e a revolução brasileira devem compor um mesmo projeto para uma nova sociedade. Um projeto construído de forma unificada pelos trabalhadores urbanos e rurais, os povos indígenas e quilombolas e a classe camponesa. Diante do quadro atual, de um governo federal totalmente aliado da burguesia latifundiária, é urgente que alguns setores urbanos, especialmente a camada média da classe trabalhadora, compreendam, pois alguns ainda não compreenderam, o papel da reforma agrária para o conjunto – campo e cidade - da sociedade brasileira.

Percebemos, ao longo de nossas pesquisas, projetos de extensão e ações políticas, que algumas organizações sociais da cidade, especialmente sindicais, cooperativas e associações, agem no sentido de lutar pelos direitos da classe trabalhadora, mas que se mantêm distantes da luta pela reforma agrária. Também organizações do campo, que lutam em defesa de pautas relevantes, como das sementes crioulas, contra os agrotóxicos e por políticas e tecnologias de convivência com o semiárido, por exemplo, se envolvem pouco ou mesmo não se envolvem na luta – ocupações e acampamentos – em prol de arrancar a reforma agrária do texto constitucional.

Por fim, como insistentemente temos escrito, apesar da complexidade da questão agrária na atualidade – transgênicos, agrotóxicos, mineração, conflitos pela água, trabalho escravo, entre outras –, o debate sobre a concentração fundiária, ou seja, do uso, da posse e da propriedade privada capitalista da terra continua sendo central. Acreditamos que, somente com a eliminação do latifúndio e do minifúndio, será possível avançarmos com a transição agroecológica, como caminho para revolucionarmos o campo, leia-se, eliminar o agronegócio e implementar a reforma

agrária agroecológica, sob o controle do campesinato, dos indígenas e quilombolas. Somente por esse caminho será possível um novo devir para a sociedade brasileira, totalmente diferente do atual construído pela burguesia latifundiária.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

AMIN, Samir; VERGOUPOLOS, Kostas. **A questão camponesa e o capitalismo**. Tradução: Maria Inês Mansinho. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

BORSATTO, Ricardo Serra et al. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo? **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-20, e2220283, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002>

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-7, 2011. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/11858>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.) **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In: ABRA. **Questão agrária e desigualdades no Brasil. Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

CEDOC - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT Nacional, 2001-2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato em meio à contrarreforma agrária**: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. Fortaleza: EdUECE, 2020a. Disponível em: <http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Resist%C3%A2ncia%20do%20campesinato%20em%20meio%20%C3%A0%20contrarreforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 21, n. 1, p. 84-109, mai. 2020b. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v21i1.7336>.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: ABRA. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária hoje. In: MATTEI, Lauro (Org.). **Reforma agrária no Brasil**: trajetória e dilemas. Florianópolis: Insular, 2017.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/107364/marco-referencial-em-agroecologia>. Acesso em: 20 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161 - 198.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 set. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 set. 2021.

LIMA, Lucas Gama et al. Agrotóxicos no Semiárido de Alagoas: agricultura químico-dependente e suas contradições. **Diversitas Journal**, Maceió, v. 4, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v4i3.874>

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Sousa. **Caminhada no chão da noite**: emancipação e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro III: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em: https://gesp.ffeilch.usp.br/sites/gesp.ffeilch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CANUTO, Antônio, LUZ, Cássia Regina da Silva, ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT Nacional, 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14019&catid=41&m=0>. Acesso em: 26 out. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010, p. 137-158.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

RIGOTTO, Raquel. **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, Coedição com a Expressão Popular, 2011.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMAZ JR., Antônio. Questão agrária, luta de classes e trabalho no Brasil (diálogo polêmico e necessário). **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**. Presidente Prudente, v. 16, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v16i2>

Recebido em 22/09/2022.

Aceito para publicação em 16/03/2023.